

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA: COMO ENFRENTAR A QUESTÃO DA INFO-EXCLUSÃO

*Sérgio Ribeiro dos Santos**

1. Introdução

Indubitavelmente, vivemos numa sociedade mergulhada no universo da informação, denominada por muitos autores de “era da informação”. Acredita-se que o impacto da revolução tecnológica da informação tenha sido mais significativo do que a revolução industrial, nos primórdios do industrialismo. Nesse aspecto, a história, que tem muitos círculos, apresenta um ponto nodal na relação desse novo paradigma que se organiza e interfere no cotidiano social: a exclusão.

A chamada sociedade da informação e do conhecimento traz consigo as conseqüências resultantes de nossa cultura material. Essas conseqüências são capazes de levar a uma transformação talvez maior do que a produzida pela revolução industrial. No contexto atual, esse mundo economicamente globalizado, cada vez mais envolvido na troca de valores simbólicos, do dinheiro à informação, muda o eixo da economia e acaba com o conceito atual de trabalho, valorizando, mais do que tudo, o conhecimento e a aprendizagem. Nesse novo cenário, as nações que não investirem em educação, de forma consistente e responsável, estarão contribuindo para o aumento do número de excluídos.

Segundo Castells (1999), o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso.

Este é o grande desafio dos países emergentes para o século XXI: combater a “maldição” dos modelos *taylorista* e *fordista* de transmissão de informações, que não asseguram a construção do conhecimento. Ao contrário, prometem demagogicamente uma capacitação incompatível com o tempo disponível e a qualificação dos indivíduos envolvidos, favorecendo, assim, a geração de excluídos no mercado globalizado.

A tecnologia, a exemplo de outras áreas do conhecimento, tem seus aspectos positivos e negativos, mas permite ampliar e potencializar a ação humana. A inclusão digital pressupõe uma série de outros objetivos conexos, além dos requisitos meramente tecnológicos. Assim, podemos inferir que seu objeto central é o conjunto de processos de comunicação e processamento de conhecimentos relativos à vida das pessoas.

A todos os indivíduos deve ser garantido o direito de acesso ao mundo digital, tanto no campo técnico/físico (sensibilização, contato e uso básico), quanto no âmbito intelectual (educação, qualificação, geração de conhecimento, participação e criação). No Brasil, isso parece utópico, considerando a desigualdade social existente e a má distribuição de renda.

Por outro lado, parece haver uma lógica, no sentido de excluir determinados segmentos sociais da tecnologia da informação. Trata-se de uma redefinição dos critérios de valor e significado em um mundo em que há pouco espaço para os não-iniciados em computadores, para os grupos que consomem menos e para as comunidades não atualizadas com a comunicação. Quando a rede desliga o ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global. Dessa forma, o processo de desconexão torna-se recíproco, após a recusa pelos excluídos da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social (Castells, 1999).

As ações de inclusão digital devem promover a equiparação de oportunidades para a população, respeitando os conceitos de diversidade e desenho universal. Convém esclarecer que o todo social inclui populações com necessidades especiais, muitas vezes, invisíveis. É o caso, por exemplo, de pessoas idosas ou com baixa escolaridade, pessoas com limitações intelectuais, mentais, físicas, sensoriais, motoras ou com mobilidade reduzida.

Assim, os esforços de inclusão digital devem ser compatíveis com as condições concretas das comunidades a serem integradas. Nessa perspectiva, é preciso haver políticas e ações que busquem combater o aprofundamento da clivagem social provocada pelas novas tecnologias. Do contrário, teremos uma geração de info-excluídos, sem condições de competir no mercado de trabalho. Isso pode resultar no aumento do desemprego, pela falta de qualificação, e da marginalidade, pela falta de

oportunidades. Entendemos que as ações de Estado referentes à inclusão digital devem ser articuladas e integradas nas esferas federal, estadual e municipal, envolvendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Só assim, é possível envolver a comunidade, de acordo com suas necessidades.

Portanto, a questão principal que norteará nossa análise vem a ser esta: "Como a democracia no Brasil enfrentará, no século XXI, o desafio de combinar a tecnologia da informação e a inclusão digital dos seus cidadãos?" Para esta abordagem, delineamos o seguinte objetivo: expor um dos maiores desafios da democracia na pós-modernidade - a inclusão digital - especialmente no Brasil.

2. O desafio da democracia frente à inclusão digital

A democracia pode ser definida como um princípio sem fim. As ações de democratização só se sustentam quando elas próprias são definidas por processos democráticos cada vez mais exigentes (Santos, 2003). Democracia, portanto, é a ação política que garante a compatibilidade e a combinação do que aparece freqüentemente como contraditório. Sem a sua implementação, corre-se o risco de surgir conflito entre os aparelhos de dominação e as ditaduras de identidade. Trata-se de um conflito mortal, seja quem for o vencedor (Touraine, 1994).

A democracia apresenta vários princípios que a caracterizam como uma forma de governo ímpar, tendo por fundamento a liberdade e a igualdade. Segundo Giddens (1999), a democracia proporciona liberdade política ao indivíduo em relação ao Estado e preconiza oportunidades iguais para todos. Nesse contexto, as pessoas se sentem integrantes de uma comunidade nacional e tendem a reconhecer que têm um compromisso com os demais indivíduos dessa mesma comunidade.

A igualdade é definida por Giddens (1999) como inclusão. Esta envolve, em seu sentido mais amplo, a cidadania, expressada nos direitos e obrigações civis e políticos que todos os membros de uma sociedade devem ter, não formalmente, mas como uma realidade de suas vidas. Significa também oportunidades e o envolvimento no espaço público. A igualdade de oportunidades favorece a redução do papel do Estado na esfera econômica e social.

A democracia brasileira vem sofrendo uma erosão contínua nas suas estruturas. Esse quadro vem comprometendo a estabilidade e o *welfare state*, em face da corrupção no meio político que contamina os poderes da União. O resultado é a descrença do povo nos poderes constituídos, quando observa a impunidade dos envolvidos em escândalos e outros eventos como mensalão, caixa dois, nepotismo, invasão de prédios públicos e outros atos mostrando o mar de sujeira que tem contaminado a nossa democracia.

Apesar dessa realidade, a democracia tem que estar acima de todas as circunstâncias. Deve ser preservada e protegida em um mundo caracterizado, ao mesmo tempo, pela globalização e pela fragmentação. Em outras palavras, a democracia deve ser capaz de acompanhar o processo de transformação tecnológica que vem revolucionando o contexto social. O desafio da democracia brasileira está em oferecer oportunidades iguais para que o cidadão brasileiro tenha acesso ao ambiente digital, estabelecendo a interação entre a sociedade e a tecnologia.

Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas - ONU promoveu, em setembro de 2000, um encontro coletivo de líderes mundiais, denominado "Cúpula do Milênio", com o objetivo de discutir questões que transcendem os limites da soberania dos Estados. Durante a reunião, foram destacados os seguintes desafios: direitos humanos, combate à miséria e à pobreza, repressão aos crimes cometidos contra crianças e adolescentes, entre outros (Porcaro, 2006).

Na Declaração do Milênio, a questão digital foi abordada da seguinte forma: "velar para que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e das comunicações, de acordo com as recomendações formuladas na Declaração Ministerial do Conselho Econômico e Social de 2000 da ONU¹".

Para enfrentar esse desafio, o governo brasileiro precisa buscar no potencial da tecnologia da informação e comunicação, para o desenvolvimento econômico e social sustentável, políticas e programas de desenvolvimento que viabilizem a criação de um ambiente favorável à realização de rupturas com práticas retrógradas.

¹ Ver os sites: www.netprof.pt/pdf/DeclaracaodoMilenio.pdf ou www.unicrio.org.br/Textos/decmn.html . Acesso em junho de 2006.

É importante ressaltar o discurso do Secretário-Geral da ONU Kofi Annan na abertura da Cúpula das Nações, sobre a importância das tecnologias da informação e comunicação, em um mundo em transformação e de grandes diferenças:

A tecnologia deu origem à era da informação. Cabe-nos agora construir uma sociedade da informação (...) Possuímos ferramentas que nos permitem acelerar a realização dos objetivos de desenvolvimento do milênio; os instrumentos necessários para promover a causa da liberdade e da democracia e os veículos para difundir os conhecimentos e fomentar a compreensão mútua. Temos essas potencialidades. O desafio consiste em como concretizá-las².

O governo brasileiro aceitou o desafio referido por Kofi Annan e assumiu o compromisso de construir parcerias na busca do desenvolvimento. Nesse projeto, a inclusão digital passou a ser considerada prioridade, por sua possibilidade de contribuir para a promoção da inclusão social e por desempenhar papel fundamental no combate à pobreza, ao permitir ao cidadão acesso à informação e ao conhecimento.

De fato, podemos constatar que a preocupação do Brasil tem sido utilizar as tecnologias da informação como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural. Vale ressaltar que é preciso reduzir o chamado "hiato digital" entre países e também entre indivíduos, porque isso agrava as diferenças sociais, econômicas e até culturais. Todavia, o Brasil tem optado pelo uso do software livre. Busca pautar-se por um novo modelo de acesso à Internet, que seja multilateral, transparente e democrático, e por critérios objetivos que orientem o compartilhamento dos custos de conexão entre provedores de *backbones* de diferentes países (IBGE, 2002).

Assim, apoiado em novas concepções no campo social e nos avanços tecnológicos, o governo passou a dar prioridade à questão da inclusão digital. Passou a preocupar-se com a inclusão social, redefinindo sua política de inclusão digital vista

² Ver: [www.onuportugal.pt link](http://www.onuportugal.pt/link) notícias. Acesso em junho de 2006.

como um importante vetor da política social. Criou-se um ambiente rico em propostas e projetos ministeriais voltados para a inclusão digital (Porcaro, 2006).

3. A globalização e o papel da educação na inclusão digital

Não podemos negar que as novas tecnologias de comunicação e de processamento de dados contribuíram enormemente para a globalização. Transformaram o mundo uma grande aldeia, porque o tempo e o espaço deixaram de ter dimensões mensuráveis e reais. Todavia, atualmente, o termo “globalização” vem perdendo força conceitual, por ser utilizado para qualificar um número incalculável de fenômenos e processos. Apesar disso, a globalização é extremamente útil, se for empregada no sentido de resolver o atual jogo do poder econômico, cultural e político que articula os conflitos planetários.

Sem essa concepção, a globalização não seria um sistema de ganhos mútuos e sim uma nova expressão do poder de grupos dominantes das sociedades ricas. É preciso desmistificar a globalização e reescrever as linhas que a compõem. Nesse sentido, Santos (2002) afirma que o global e o local são socialmente produzidos no interior dos processos de globalização, distinguindo quatro processos de globalização. Para o citado autor, globalização é o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato (entidade ou identidade local) estende a sua influência para além das fronteiras nacionais. E, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato (entidade ou identidade rival).

Santos (2002) considera que a globalização é um fenômeno produzido, esclarecendo que a conseqüência da produção do global implica a produção do local ou produção de localização. Nesse processo completamente assimétrico, é estabelecida a hierarquização dominante no sistema mundial em transição. Assim, o local se integra ao global por duas vias: pela exclusão ou pela inclusão subalterna. O referido autor sustenta que, apesar de, na linguagem comum e no discurso político, o termo “globalização” transmitir a idéia de inclusão, o âmbito real da inclusão pela globalização, sobretudo a econômica, pode ser bastante limitado. Na verdade, o que caracteriza a produção de globalização é o fato de seu impacto se estender tanto às dimensões que inclui como às realidades que exclui.

A busca da inclusão digital pode ser uma luta pela globalização contra-hegemônica, se dela resultar a apropriação pelas comunidades e pelos grupos sociais

socialmente excluídos da tecnologia da informação. Entretanto, o caminho para ampliar a cidadania pode ser trilhado através do investimento em educação. A mensagem central para a inclusão digital é de caráter universalista. Significa que temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e de ser diferentes quando a igualdade nos caracteriza (Santos, 2002).

A inclusão digital deve ser tratada pelo governo como uma política pública. O poder público deve reconhecer que a info-exclusão proporciona o aumento da miséria e dificulta o desenvolvimento humano, favorecendo a desigualdade social e tornando-se um fator de manutenção do estado de miséria e distanciamento social. Além disso, o mercado não absorverá os extratos pobres da população pela falta de capacitação técnica exigida no mundo globalizado. A alfabetização digital e a formação básica dependem de políticas públicas que garantam a educação e a qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, o governo federal criou o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO, em 1997, com o objetivo de promover o uso da telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio³. O programa funciona de forma descentralizada, cabendo a coordenação ao governo federal e a operacionalização aos estados e municípios. Já está implantado em 4.640 escolas do país, com a instalação de aproximadamente de 53 mil microcomputadores. O uso pedagógico desses equipamentos é assegurado por meio da capacitação de professores das escolas beneficiadas e dos multiplicadores dos Núcleos de Tecnologia Educacionais - NTEs. Mais de 150 mil professores já foram capacitados e 326 NTEs estão instalados em todo o Brasil (Porcaro, 2006).

Cabe observar que, apesar da imensa relevância desse programa, ele não é suficiente para atender a demanda dos jovens que necessitam de inserção na sociedade da informação. Mas, nesse aspecto, a educação é primordial. Afinal, em um país com 11,4% de analfabetos entre as pessoas acima de dez anos de idade e com 50,7% da população recebendo até dois salários mínimos, a educação é um desafio extraordinário (IBGE, 2001).

Então, qual o sentido de se falar em exclusão digital? Não seria ela uma mera decorrência da exclusão social? Seu enfrentamento não seria consequência da

³ Ver: www.proinfo.mec.gov.br . Acesso em junho de 2006.

melhoria das condições de vida e renda da sociedade? Essas questões só vão encontrar respostas no desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis. E, sem dúvida, a educação é um dos componentes dessa engrenagem sistêmica.

O fato é que a tecnologia da informação não surgiu para deixar a sociedade mais equânime. Ao contrário, trouxe mais desigualdade e dificuldade para superá-la, principalmente nos países emergentes, em desenvolvimento ou pobres, os quais, normalmente, estão mergulhados em democracias populares ou em ditaduras.

Portanto, o papel da educação é básico para a inserção social e digital, desde que seja tratada como prioridade por parte dos governos. Cabe ao governo federal promover uma política educacional de inclusão digital em conjunto com estados e municípios, estabelecendo um currículo único para o ensino fundamental e médio. O município é a unidade principal do poder público para a inclusão digital. Deve ser totalmente envolvido no programa de inclusão digital, porque seu sucesso depende das ações do poder local.

4. Elementos básicos da inclusão digital

O termo “inclusão digital”, de tão usado e divulgado, já se tornou um jargão no vocabulário da língua portuguesa. É corriqueiro ouvir-se falar de democratização do acesso à informação, mas sem haver critérios nem a devida atenção. Por isso, vem se questionando se a referida inclusão promove os efeitos desejados. A questão que se levanta é que o tema virou modismo, ainda mais no Brasil, com tantas desigualdades que produzem dificuldades ao acesso aos computadores.

Sabemos que o objeto da inclusão digital é, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade, com a ajuda da tecnologia. Não se trata apenas da “alfabetização” digital, que é a aprendizagem necessária ao indivíduo para interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. Computadores conectados em rede e softwares são instrumentos técnicos imprescindíveis para que sejam realizadas atividades no universo da educação, no mundo do trabalho, nos novos cenários de circulação das informações e nos processos comunicativos.

Em outras palavras, incluir digitalmente é melhorar as condições sociais do indivíduo, a partir do manuseio dos computadores. Mas, como fazer isso? Será que apenas ensinando às pessoas noções básicas de informática estamos promovendo a inclusão digital? Apontaremos, a seguir, alguns elementos considerados essenciais para a inclusão digital. Inicialmente, convém ressaltar que tudo depende da vontade política do governo, através da implementação de políticas públicas comprometidas com o estado de bem-estar social.

O primeiro elemento é a disponibilização de computadores conectados em rede, embora essa medida não seja suficiente para se fazer a inclusão digital. Mais do que isso, não se pode prescindir da orientação e da experiência dos professores. Exige-se também a adoção de um currículo unificado, que contenha diretrizes gerais de conhecimento para a formação educacional. Acrescente-se ainda o espaço físico necessário para acomodar os alunos. Sem essas medidas, é inútil disponibilizar computadores.

O segundo elemento é a definição de prioridades no uso dos computadores conectados ou com as mídias digitais. Em outras palavras, as pessoas que serão digitalmente incluídas precisam saber o que fazer com o computador. Se não souberem, ficarão como aquelas pessoas que aprendem a ler e escrever, mas, por não praticarem essa habilidade com freqüência, lêem e escrevem com dificuldade. É importante ressaltar que, mesmo que as pessoas recebam noções básicas de informática, se não tiverem acesso a determinadas condições sociais e culturais, esse aprendizado torna-se letra morta. Portanto, a inclusão digital deve ser vista pelo governo e pela sociedade como um processo capaz de criar oportunidades, a fim de que os usuários do mundo cibernético possam empregar seus conhecimentos no cotidiano da vida e do trabalho.

O terceiro elemento no caminho da inclusão digital é a necessidade de haver um esforço nacional para que ela se efetive de fato. Para isso, as empresas precisam colaborar na fabricação de novas tecnologias (*hardware, software*), através de pesquisas e vender esses equipamentos a um preço compatível com o nível sócio-econômico do brasileiro. A parceria com instituições universitárias e de pesquisa pode ser uma alternativa no desenvolvimento tecnológico. Para isso, é preciso muito investimento financeiro, porque tecnologia não se consegue de graça, mesmo que seja pública.

Dessa forma, há a necessidade de implementação de políticas governamentais que orientem e valorizem o trabalho das empresas na produção tecnológica, direcionem e ordenem seus mercados. Portanto, para que tais políticas sejam desenvolvidas, é necessário fomentar a pesquisa, subsidiá-la e colocá-la em prática, assegurando-se, assim, o desenvolvimento desse setor. Como se observa, as atividades para a inclusão digital são complexas, sendo o caminho longo e árduo para se chegar à info-inclusão.

Por outro lado, as escolas privadas, as agências educacionais, o terceiro setor e as empresas também devem se engajar em projetos de inclusão digital. A responsabilidade não é somente do governo e das políticas sociais que orientam o que fazer, a quem atender e como acolher as pessoas que serão digitalmente incluídas, mas da sociedade como um todo. E isso exige a ampliação do conhecimento coletivo, assegurando-se a interação entre educadores e educandos. Com isso, a aprendizagem e o trabalho podem penetrar no universo digital, cuja dinâmica já vislumbramos.

Finalmente, o quarto elemento é o entendimento de que inclusão digital está relacionada, além de todos os aspectos mencionados, a outras formas de produção e circulação da informação e do saber, diferentes do modelo tradicional que vem funcionando. Isso é o resultado da inovação tecnológica, a exemplo das mídias digitais que permitem o estabelecimento de relações descentralizadas e verticalizadas entre os produtores e consumidores de conhecimento.

Sem essa compreensão, a inclusão digital não será o caminho para a inclusão social. Isso porque faltará o elemento de ligação entre o acesso à informação e o mundo digital. Tal vinculação só poderá ocorrer com a promoção da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, garantia de maior liberdade social, geração de conhecimentos e troca de informações.

5. As políticas públicas do Brasil para resolver a questão da info-exclusão

A primeira providência a ser adotada é disponibilizar conhecimentos e ferramentas para não agravar a exclusão social no país. Outras medidas indispensáveis são: contextualizar os cidadãos na sociedade da informação e capacitá-los para a utilização de instrumentos em prol de seus direitos e deveres; auxiliar o acesso à informação promovendo aprendizado, criatividade e ingresso no mundo

digital. Este é um paradigma, aparentemente, irreversível; é uma questão de cidadania, de direito. Através da tecnologia da informação, poderá ocorrer a integração do indivíduo à sociedade, através do exercício de seu direito. O objetivo principal da inclusão digital é promover o ser humano, fazer com que ele se sinta integrante do mundo, participante ativo da sociedade onde vive.

Assim, podemos inferir que a inclusão digital envolve um conjunto de elementos que constituem um somatório resultante dos seguintes fatores: a) criação de políticas públicas, para assegurar os direitos do cidadão; b) capacitação do cidadão para que possa se desenvolver, ser capaz de buscar informações e de transformar a sua realidade, interferindo nos espaços democráticos existentes ou criando novos espaços para o desenvolvimento da justiça, da paz e da igualdade, através do uso das tecnologias de informação e comunicação; c) utilização de equipamentos de acesso à informação digital disponíveis para todos, sem distinção.

Portanto, não existe inclusão digital sem inclusão social. Não é suficiente ensinar a usar o computador, dar computadores aos moradores de favela, ao pai de família que está desempregado e que não tem condições de dar aos seus filhos sequer o pão de cada dia. É preciso, primeiramente, fazer-se a inclusão social, através da redistribuição de renda, da criação de uma sociedade mais justa. Só a partir daí, é possível pensar na inclusão digital.

Os formuladores de políticas públicas do governo devem perceber que a exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital, ao mesmo tempo em que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica. A inclusão digital deve ser resultado de uma política pública, a partir da implementação de ações capazes de promover a inclusão e a oferta de oportunidades iguais para todos os cidadãos. Nessa perspectiva, é preciso levar em conta os indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, pessoas com limitações físicas e pessoas idosas. Uma ação prioritária deveria estar voltada para as crianças e os jovens, pois esse segmento constituirá a próxima geração (Silva Filho, 2004).

É importante destacar que educação e renda são fatores primordiais para o acesso às tecnologias digitais. Assim, as políticas públicas devem ser norteadas por essa direção, a fim de promoverem a inclusão digital. Além disso, não se pode pensar em política pública apenas como um papel desempenhado exclusivamente pelo Estado.

É óbvio que o Estado deve destinar a maior parte dos recursos para a área social. Porém, a formulação, execução e avaliação desses recursos envolvem as comunidades locais, os movimentos sociais e as organizações não-governamentais. É preciso incluir também as universidades, que têm um papel fundamental nesse processo, seja disseminando soluções ou produzindo reflexões, seja emprestando quadros para ampliar os conhecimentos dos segmentos mais carentes e menos escolarizados.

A eficácia das várias iniciativas ainda não é visível exatamente pela sua dispersão, pela ausência de indicadores consolidados e pela inexistência de uma coordenação política unificada da implementação dos projetos de inclusão (SILVEIRA, 2005). Em relação às ações do Estado, é indispensável a articulação nas decisões e a racionalização dos recursos. Mas, para isto, é preciso o envolvimento democrático das três instâncias de governo. Significa dizer que o governo federal deve produzir políticas de info-inclusão digital em conjunto com os estados e municípios. Assim, a inclusão digital deve ser considerada uma prioridade para o governo federal, por sua possibilidade de ajudar na promoção da inclusão social e por desempenhar papel fundamental no combate à pobreza, na medida em que propicia ao cidadão acesso à informação e ao conhecimento.

Embora com ações tímidas, o governo vem implementando, ao longo dos últimos anos, um conjunto de programas e iniciativas de inclusão digital, envolvendo a administração pública, a sociedade civil e o setor privado. Com a preocupação voltada para a inclusão social, o atual governo, apoiado em concepções sociais e nos avanços tecnológicos, passou a dar prioridade à questão digital e redefiniu a política de inclusão digital brasileira. Com esse propósito, realizou uma revisão dos programas que estavam em vigor e propôs novos programas, estratégias e ações. Buscou não apenas fazer deslanchar os programas, mas articulá-los e integrá-los. Dessa forma, criou-se um ambiente riquíssimo em propostas e projetos ministeriais voltados para a info-inclusão.

Cumpram-se destacar alguns programas de inclusão digital desenvolvidos pelo governo federal: a) Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC/MC); b) Telecentros de Informação e Negócios (TIN); c) Pontos de Cultura (Ministério da Cultura); d) Programa Nacional de Informática na Educação (MEC). As principais ações e estratégias que visam à articulação e à integração de programas de inclusão digital são

realizadas através do Comitê Técnico do Governo Eletrônico de Inclusão Digital, do Programa Casa Brasil e do Programa Brasileiro de Inclusão Digital.

É importante ressaltar que as políticas públicas do governo federal estão concentradas apenas nos indivíduos. Essa estratégia cria benefícios individuais, mas não transforma as práticas políticas. Para corrigir essa lacuna, é preciso haver a utilização da tecnologia da informação pelas organizações da sociedade civil, em interação com os governos.

6. Considerações finais

Num mundo em transformação, onde cada vez mais o computador é o veículo de transporte da mente e um instrumento essencial de trabalho, é preciso preparar as novas gerações para o exercício da cidadania, tanto do ponto de vista individual quanto na perspectiva da nação. Entretanto, é importante frisar que inclusão digital não significa apenas ensinar a utilização da tecnologia ou disponibilizar o acesso à rede. Mais do que isso, é preciso haver um trabalho de identificação das demandas informacionais. A produção de conteúdos deve ser vista como uma estratégia importante no processo de inclusão. Devem ser somados aos demais esforços, como formação e capacitação de multiplicadores, criação de redes locais e comunidades virtuais, bem como integração com políticas públicas e ações sociais.

O Brasil só conseguirá enfrentar o desafio da inclusão digital no presente século, através da implementação de políticas públicas amplas. Essas ações devem começar com o processo de transformação social, a partir da geração de emprego e distribuição de renda. Em seguida, deve-se desenvolver o ensino com um currículo unificado e adaptado às novas necessidades, assumindo um papel de ponta nesse processo.

Para que se possa alterar o quadro da info-exclusão, não basta apenas vontade política. É preciso acompanhar os avanços da humanidade e integrá-los no âmbito da educação. Urge superar o hiato que existe entre a escola e a empresa, entre ricos e miseráveis, entre produção e consumo. Estes são os desafios que devem ser vencidos para a construção de uma sociedade humanista e democrática. Nesse processo, a educação tem um papel fundamental, talvez o principal, capaz de garantir uma existência democrática com igualdade social e inclusão digital.

REFERÊNCIAS:

- CASTELLS, M. A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GIDDENS, A. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2002. Rio de Janeiro, 2002.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNDA) 2001. Rio de Janeiro, 2001.
- PORCARO, R.M. Tecnologia da comunicação e informação e desenvolvimento – políticas e estratégias de inclusão digital no Brasil. Trabalho de discussão no 1147. Projeto BRA 04/052 do Programa da Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas (Rede-IPEA), Rio de Janeiro, 2006.
- SANTOS, B. S. A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, B. S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SILVA FILHO, A. M. "Inclusão digital: em busca do tempo perdido". Revista Espaço Acadêmico, n.o 40, ano IV, setembro/2004.
- SILVEIRA, S.A. "Inclusão digital, software livre e globalização contra hegemônica". Revista Parcerias Estratégicas, no 20, junho/2005.
- TOURAINÉ, A. Crítica da modernidade. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1994.

RESUMO: o presente estudo tem o objetivo de expor um dos maiores desafios da democracia na pós-modernidade - a inclusão digital no Brasil. Trata-se de um estudo reflexivo de natureza bibliográfica. O texto aborda os seguintes tópicos: o desafio da democracia frente à inclusão digital; a globalização e o papel da educação; elementos básicos da inclusão digital; e, as políticas públicas do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: democracia, inclusão digital, tecnologia da informação.

* Professor do Departamento de Enfermagem-DEMCA/CCS/UFPB. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Líder do Grupo de Pesquisa GEPAIE/CNPq. Linha de pesquisa – sistema de informação em saúde.
E-mail: srsantos@jpa.neonline.com.br